

A MÍSTICA DA TERRA

Frei Carlos Josaphat OP

Queremos lançar sobre o nosso planeta, sobre a Mãe Terra, um olhar carinhoso, lúcido e combativo. Fomos introduzidos por aqueles, cujos braços se abrem ao cultivo do solo e se erguem em um apelo irrecusável à mobilização pela defesa do nosso país, contra a ganância dos aproveitadores e a alienação estabelecida em sistema de corrupção elegante e sofisticada. Procuramos inteirar-nos também dos problemas daqueles que são mais diretamente interessados e, sem dúvida, os mais profundamente injustiçados pela ocupação e colonização deste país: os Índios. Ouvimos o clamor dos profetas bíblicos. Pretendemos refletir em termos e à luz do saber jurídico, ético, teológico.

Nesta nossa reflexão, temos a alegria de voltar ao paradigma mais alto, se bem que de acesso um tanto íngreme e exigente: o paradigma da experiência e do pensamento místicos.

POETAS E MÍSTICOS

Em livro recente, tive ocasião de sugerir o diálogo dos poetas e dos místicos, que parecem fraternizar,

tecendo uma interrogação muito densa e muito profunda sobre o ser humano¹. Que vem a ser essa criatura, racional e tão pouco razoável, imagem ou espantalho de Deus? Ela cultiva e aprimora, mas também devasta, arruina, enfeia e polui a divina criação. Charles Baudelaire, Manuel Bandeira, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade questionam com insistência, pedindo uma definição e pedindo contas. Esse pretensioso ser humano é o sonho divino ou o pesadelo infernal, pairando sobre o conjunto do universo das coisas, da vida e do espírito? Tomás de Aquino, João da Cruz, Bartolomeu de Las Casas, em nome de seus irmãos místicos, como Mestre Eckart, Catarina de Sena, Teresa de Ávila, respondem aos poetas, pedindo uma moratória de paciência em favor desse difícil ser humano, indicando os caminhos de uma ascensão espiritual, imensa, infinita. Uma ascensão que Teilhard de Chardin vê enraizada na terra, matriz da vida e do espírito. Trata-se por isso mesmo, de uma subida laboriosa, comportando muito vaivém, reclamando hoje constân-

1. Ver FREI CARLOS JOSAPHAT, *Contemplação e libertação, Tomás de Aquino, João da Cruz e Bartolomeu de Las Casas*, São Paulo, SP, Ed. Ática, 1996.

BACHARELADO EM TEOLOGIA

A Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, instituição de ensino superior da Arquidiocese de São Paulo, oferece um curso de Graduação em Teologia, em quatro anos, concluindo com o Bacharelado.

O curso funciona em prédio próprio à Av. Nazaré, 993 - Ipiranga, São Paulo e as aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 11:20h

Para ingressar no programa de Bacharelado o aluno deverá ter feito curso filosófico de pelo menos dois anos e ser apresentado pelo Bispo ou Superior Religioso.

Esse curso se destina, especialmente, à formação presbiteral e está aberto às Dioceses, Ordens e Congregações religiosas de todo o Brasil.

As matrículas para o próximo ano deverão ser feitas no mês de janeiro.

As aulas terão início no mês de fevereiro

Outras informações: Av. Nazaré, 993

04263-100 - São Paulo - SP

Fone 272-8600

Fax 272-7630

cia e audácia redobradas. Desanimar com o ser humano é desesperar do Amor divino.

Aqui estamos para alargar e aprofundar o debate.

Um dos maiores riscos que vem correndo a espiritualidade, e mesmo o grande mal ocasionado por aqueles que a mal compreenderam, foi o desprezo ou o menosprezo da Terra. Uma espécie de maniqueísmo rasteiro, um dualismo de baixo quilate, feito de restolhos do platonismo e do estoicismo, espalhou-se entre os profissionais da religião, da moral e da ascese. Opõem-se a Terra e o Céu, o corpo e o espírito, o prazer e o dever, a liberdade e a lei, o amor humano e a caridade divina, ou como se diz desde os começos deste século: Eros e Agapé².

Era de esperar que a modernidade e, com mais foga a pós-modernidade, revertissem o sinal desse dualismo, e passassem a exaltar o elemento mais acessível, mais verificável e mais facilmente gratificante dessa antinomia. Exaltaram, com efeito, os bens e valores da Terra e do Corpo, relegando ou malsinando os falsos profetas, essas espécies de tartufos, pregoeiros de um céu distante e vazio. Tanto mais que essa mensagem do Além moralizador se tornava força opressora,

esmagando os humildes que ainda crêem, sujeitando-os ao proveito dos incrédulos ou dos impostores. Estes se alinham aos fundamentalismos e aos ortodoxismos de velho feito religioso, ou então ostentam uma larga acolhida ao secularismo esclarecido e ao neoliberalismo gozador.

EMBATES DE PARADIGMAS

Este nosso planeta Terra já tem assistido a muitos duelos, combates terríveis de monstros, feras, guerreiros armados de tudo quanto faz mal e faz medo, muitos deles se arvorando em heróis, deuses ou semideuses. Essas calamidades que se chamam guerras foram até cantadas em maravilhosas epopéias, legitimadas e valorizadas em rigorosas elaborações jurídicas, éticas e teológicas. Em um plano já um tanto mais suavizado pela cortesia, nos palácios, nos pátios e jardins, nos átrios e nos salões, celebraram-se justas esportivas, doutrinárias e ideológicas. Hoje, estamos diante de embates de paradigmas.

Aceitando abordar o tema sob o ângulo dos paradigmas que se enfrentam, tentamos elevar o debate, colocando-o em termos do saber comunicável e verificável, retirando-o, portanto, das manobras ideológicas

que o ocultam, disfarçam ou desviam, em proveito do sistema dominante e opressor.

Em um primeiro momento, e em uma perspectiva de espiritualidade que pode conduzir-nos à mística, distinguimos, a serviço da análise, três paradigmas de compreensão e de avaliação da terra. Esses três paradigmas são condenados a coabitar hoje, um ao lado do outro, em uma dialética de influências ou de pressões recíprocas. Estes três paradigmas vêm a ser: O utilitarismo consumista, o jogo do mercado, o valor de um dom inestimável a partilhar (dignidade da terra).

O primeiro paradigma, o consumista, é o mais espalhado, comumente aceito e vivido sem constituir objeto de considerações explícitas. A terra é aviltada como uma simples utilidade. Esta é definida, ditada e medida pelos gostos e exigências do consumismo reinante e crescente. A terra é o suporte de todas as atividades, de fabricação, de transporte, de viagens de objetos e lazeres, de divertimento e comunicação. Ela será coberta, recoberta, pavimentada, esburacada, sujeita a estragos e corrosões, segundo imposição dos caprichos dos donos eventuais e do grande patrão, o Estado, a serviço dos padrões mais ou menos legítimos que ele reconhece e que o reconhece. A terra será ainda submetida a outras utilidades, especialmente de produção do que pede o consumo e

de tudo o que impõe a serventia geral do solo, das correntes das águas e da atmosfera. Na sua paciência, que um dia há de se esgotar, a terra vai sendo o receptáculo dos entulhos que se acumulam para escoamento da indústria, do comércio, do turismo e de todos os canais de despejos das cidades, bem como dos veículos e das naves que cortam, poluem e contaminam os céus, os rios, os lagos e os mares.

Esse paradigma do aviltamento consumista vem sendo contestado, denunciado e combatido, porém em proporções ainda pouco consideráveis. E assim, o ser humano ainda aparece como esse animal feito para conspurcar e arruinar a terra. Interfere no ciclo de sua fertilidade para aumentar-lhe, ao menos quantitativamente, a fecundidade produtiva mas acaba devolvendo-lhe, de maneira desordenada e desastrosa, muitas vezes sob formas ou em invólucros inassimiláveis e nocivos, os bagaços e destroços dos bons frutos e benefícios retirados do seio materno da terra.

O segundo paradigma, em estreita conexão com o primeiro, é o jogo do mercado. O que significa que, na teoria e na prática da economia, a terra vai sendo tratada qual simples mercadoria, como outra qualquer. Por outro lado, ela entra no jogo de um mercado animado e pervertido por um sistema concentracionário. Este leva de forma crescente à acumulação de ri-

2. Referimo-nos à obra clássica de ANDERS NYGREN, *Eros e Agapé*, publicada em 1937, e que exerceu uma influência decisiva na história cultural do amor.

quezas, de poder e de tecnologia, o que acarreta a exclusão ou a discriminação do conjunto populacional, bem como a dominação em ritmo cumulativo e acelerado, praticada pelos privilegiados do dinheiro e da técnica em detrimento dos que chegam tarde ao banquete eletrônico e informatizado.

Sem dúvida, como não reconhecer à terra um valor econômico primordial? Ela tem, teve e há de ter a sua cota mais alta no mercado. A um partido socialista europeu que incluía em seu programa, esse slogan "A terra não é mercadoria", tivemos ocasião de sugerir a correção: a terra não é apenas uma mercadoria³. A terra é o fator econômico, produtivo por excelência; sua raridade se acentua, pois se constata, infelizmente tarde demais, o quanto seus recursos são limitados e por vezes irrecuperáveis, uma vez que vão sendo gastos sem medida nem previsão, como já lembravam os estudiosos do Clube de Roma em 1968.

A lei da oferta e da procura, o dinamismo da concorrência não são normas absolutas do progresso e menos ainda da qualidade humana da economia. São necessários dina-

mismos econômicos que hão de encontrar, no entanto, os seus objetivos e seus valores humanos orientados, estimulados e contidos por uma política econômica ética e democrática. Essa política exigida, ditada e controlada pelo povo, estabelece as grandes linhas da utilização racional e eqüitativa da terra para o bem de todos, ao mesmo tempo que estipula e estimula o justo proveito dos que trabalham em um empenho competitivo pela qualidade técnica e humana do cultivo que dão à terra. A afetação racional e adequada do solo às diversas funções da agricultura, do transporte, da comunicação, do turismo, bem como da habitação e da urbanização, supõe o reconhecimento da terra como bem humano de utilidade universal. Esse princípio fundador determina e condiciona as formas particulares de propriedade e de comercialização imobiliárias e lhes assegura sua qualidade jurídica e ética, isto é, sua capacidade de estar a serviço de todos, de garantir todos os direitos para todos.

A terra é a mais preciosa das mercadorias, sendo ao mesmo tempo um bem de valor inestimável, cuja partilha justa e ajustada é a condição de todo equilíbrio e de todo progresso da vida em sociedade.

3. Aludimos ao Partido Socialista Suíço, liderado por João Ziegler, bem como à tentativa suíça de implantar por lei um Estatuto da Terra ("Aménagement du Territoire"). Colaborei para essa iniciativa, nos anos 70, com um trabalho sobre a *Terra e a propriedade imobiliária, em uma perspectiva ética*. Esse trabalho foi publicado por "Justiça e Paz", na Suíça, em 1972.

Quanto ao terceiro paradigma, pode-se dizer que a terra há de ser sempre saudada e mesmo venerada como dom inestimável a preservar, a valorizar e a partilhar. Esse paradigma começa a surgir como uma promessa para a humanidade. Ele engloba os dois precedentes, podando e aparando os desvios do primeiro, assumindo, retificando e elevando o segundo. Porém, permanece sempre um princípio ético e mesmo um manancial de espiritualidade, de poesia e de mística. Basta analisar a linguagem primária do consumismo econômico isto é, a publicidade importante e razoavelmente tropicalizada da nossa mídia. Aí se vê que esse consumismo do descartável é a alienação da mente e da cultura em relação ao que há de mais importante e fundamental: a felicidade, o gosto, a alegria de viver no Paraíso Terra, o que vem a ser nossa vocação humana e divina.

O triunfo da comunicação social não significa que o nosso planeta virou um vilarejo, infestado de vulgaridade e de turistas por todos os lados. A comunicação pode e deve ser a revelação da Terra Paraíso.

Mas, pensar e fazer o quê, se a comunicação, o turismo, a política, o direito, as artes, se todas as formas do que se chamaria ainda a cultura humana, são apenas departamentos ou ministérios da globalização econômica avassaladora? Ninguém pode se esquivar da terrível interrogação. Pois é esta a questão do ser

ou não ser para a humanidade nesse apagar das luzes do 2º milênio, que aliás é um curto momento para o nosso planeta terra que já tem visto muitos outros espetáculos de mais ampla e angustiante duração.

A resposta a essa questão radical há de vir de todos os setores, de todas as capacidades de luta e de criatividade humana. Estamos olhando o que se pode esperar do lado da espiritualidade e da mística. É, sem dúvida, o mais humilde e o menos badalado hoje. Não seria, no entanto, a fonte de energia, de viabilidade, de autenticidade de todo projeto de salvação para a Terra e a vida que formam a matriz e guardam a promessa de todos os valores do espírito?

GÊNESE DO PARADIGMA DA MÍSTICA DA TERRA

O paradigma místico não é o mais vistoso nem o mais cobiçado dos paradigmas, segundo o critério do economismo hoje triunfante. É apenas mencionado e esboçado pelos habitantes das alturas. É uma gente discreta, porém não esconde a firme e humilde certeza de estar zelando pelo imprescindível, de guardar o segredo das maravilhas e, finalmente, de se interessar por tudo quanto se agita e se exhibe na planície dos interesses e apetites humildemente humanos.

Evoquemos o conceito de paradigma e de sua aplicação à mística e à mística da terra. Gosto de acenar

para certos sincronismos, para feixes de coincidências que parecem assinalar, em um momento e num ponto dados, a emergência simultânea de energias renovadoras para a humanidade. Em 1962, Tomás Samuel Kuhn lançava o conceito de paradigma, ao menos como hipótese esclarecedora, senão explicativa, do progresso, sobretudo das mudanças qualitativas no processo do desenvolvimento científico.

Ora, no mesmo ano, o Concílio Vaticano II, sem qualquer ligação com a intuição de Tomás Kuhn, e mesmo sem qualquer análise reflexiva de sua própria caminhada, empenhava-se na maior aventura jamais tentada por uma assembléia de eclesiásticos. Tratava-se de redefinir a Igreja, suas relações com o mundo, com a humanidade, com a história, com a cultura, com as religiões. Era o que necessitava um paradigma teológico total e abrangente e toda uma constelação de paradigmas eclesiológico, antropológico, cristológico, histórico e ético. Pois bem; nesse mesmo ano de 1962 surgia em Roma mesmo, um outro episódio, aparentemente de importância menor, cujo significado, no entanto, por ser importante, torna-se objeto de nossa ocupação. O Santo Ofício se tinha

empenhado a fundo e com toda a sua competência para impedir os tais paradigmas inovadores do Concílio. Tinha prefabricado um Concílio, na base dos velhos paradigmas, comumente batizados tradicionais. Vaticano II deixou de lado os projetos conciliares da Cúria romana e partiu em busca de seus novos paradigmas. Até aqui nenhuma novidade, pelo menos para os membros da Soter que estão mais do que informados dessas vicissitudes dos paradigmas na Igreja de hoje.

Porém, o episódio que envolvia as mesmas personagens, os padres conciliares e o pessoal da cúria romana, põe em cena o grande sonhador com a mística da terra e que andava às voltas com um paradigma que o exprimisse. Trata-se de Teilhard de Chardin⁴. O Santo Ofício, em uma advertência ou admoestação clara (um "Monitum", publicado em 1º de julho de 1962, no Oss. Romano), dizia veementemente aos bispos que, em outubro, se reuniriam em concílio. Sejam quais forem as suas pretensões ou qualidades científicas, a obra de Teilhard de Chardin se apresenta como um "amontoado, - ajudemos um pouco, traduzindo em brasileiro - "um cipóal" "de ambigüidades e de erros contra a Fé católica."

4. Tudo o que dizemos e citamos de Teilhard de Chardin é tomado de suas "Obras", editadas em francês pela Éd. du Seuil, Paris, a partir de 1957. Para uma visão de conjunto, em perspectiva semelhante à nossa, ver FREI BETTO, *Teilhard de Chardin. Sinfonia Universal*, Ed. Letras & Letras, S.Paulo, 1992.

Será interessante lançarmos um olhar sobre o paradigma da mística da terra, tal como aparece na experiência de Teilhard de Chardin e tal como vem por ele descrito, na plena maturidade dos seus 50 anos. Em um escrito de 1934, o jesuíta andarilho, pesquisador do passado e sonhador com o futuro da Terra, assim definia a originalidade da sua experiência da Fé:

"Ela lança raízes em dois setores da vida, normalmente considerados contrapostos entre si. Por educação e formação intelectual, pertencço aos "filhos do céu". Mas por temperamento e pelos estudos profissionais, sou um "filho da Terra".

E, depois de evocar toda a sua carreira nessas dezenas de anos de oração e de pesquisa científica, Teilhard concluía:

"Agora, depois de trinta anos consagrados à procura da unidade interior, tenho a impressão de que operou-se, espontaneamente, uma síntese entre as duas correntes que me solicitam. Uma não sufocou a outra. Hoje, provavelmente, creio ainda mais em Deus e, certamente, mais do que nunca, no mundo".

Nesse sentido, percebo o surgir e o crescer desse paradigma teilhardiano, que une, primeiramente, em uma síntese mística o "filho do Céu" e o "filho da Terra". A experiência que Teilhard de Chardin pôde levar a bom termo, graças à espiritualidade e à estratégia inteligente que lhe

assegurou a Companhia de Jesus, tem sido vivida, com mais ou menos felicidade por toda uma plêiade de cristãos, empenhados na luta libertadora da inteligência, da justiça, da solidariedade, em meio a sistemas asfixiantes de ortodoxia religiosa, econômica ou política. Evoquemos uma ou outra dessas experiências de líderes e movimentos libertadores. Elas nos ajudarão em nossa tentativa de esboçar a análise (um pouco mais teórica) do paradigma da mística da terra.

PRECURSORES E PIONEIROS MODERNOS

O paradigma da mística da terra se caracteriza como um projeto holístico de compreensão e de vivência de certos dados culturais que se deslocam e, por vezes, se chocam no seio da modernidade. Prolongando a intuição de Teilhard de Chardin, os "filhos do céu" (a família de espíritos religiosos e tradicionais), se opõem aos "filhos da terra" (toda a caravana dos pensadores, que relegam o dogmatismo filosófico e religioso). Para a maioria desses pesquisadores e manipuladores dos cantos e laboratórios da tecnociência, o céu é o passado, o vazio, o irreal. Ele continua a ser servido qual placebo do ópio, na falta de droga mais consistente.

Esse paradigma visa realizar nas alturas a síntese dos valores mais profundos. Começa por professar

que a criação conjunta, constante e evolutiva do céu e da terra, é a verdade radical, e efetiva que o espírito humano sempre visou e que se encontra na matriz de toda a realidade de que o ser humano é a emergência ou a ponta luminosa.

Essa aspiração holística do paradigma, estendendo antenas a uma compreensão totalizante de todo o universo das coisas, da vida, da razão, da cultura e do espírito, essa ambição de transcender os limites, tem alguma afinidade com o projeto de síntese total de F. Hegel. No entanto, os pensadores cristãos se mostram mais fiéis à terra, sendo levados por uma dupla exigência, que parece ausente ou que permanece apenas implícito no idealismo hegeliano. A primeira, de caráter histórico e hermenêutico, é o apego à mensagem profética da Bíblia, bem como à sua religião sacramental. Esta junta a terra e a história como um sacramento que liga a Deus, o passado, o presente e o futuro da humanidade. Mas uma outra exigência aproxima os cristãos de Marx e os distancia de Hegel. É o empenho de se consagrar à ação transformadora do mundo e a necessidade de a legitimar como razão de ser e de viver.

Peçamos ainda a Teilhard a confirmação ou ao menos a ilustração desses dados. Há um texto de sua juventude a que o incansável batalhador fará constantes alusões. É "A missa sobre o mundo"⁵ ou sobre a terra. A inspiração sacramental, profética e evangélica ganha uma extensão cósmica, pois o padre-cientista, o religioso da modernidade oficia para o conjunto do universo, consagrando e ofertando toda a criação. No coração da China, aonde busca nas profundezas do solo as origens da humanidade, ele emerge como pontífice do Cristo total, louvando, exultando, exaltando o cosmos, a vida, a inteligência, o trabalho, a marcha unida da humanidade, qual coro litúrgico que em si mesmo glorifica a Deus.

Dois outros escritos de Teilhard traduzem essa profunda inspiração de sua vida e de seu pensamento: O Hino ao Universo e o Meio (ou Ambiente) Divino. Teilhard se mostra animado de um espírito de fraternidade universal. Mesmo quando, no ardor belicoso dos seus vinte anos, se preparava para o assalto contra os inimigos de sua pátria carnal, no mesmo ímpeto que o irmanava a Péguy, de seu coração brotava uma oração e um apelo a todos os

homens, convidando-os a reencontrar os caminhos do amor e da paz, para juntos reconstruírem a terra devastada e dilacerada. Essa fraternidade universal tinha qualquer coisa de comunhão de fé, superando todas as divisões de profissões religiosas. Ela comportava a valorização de todo trabalho humano, como a promoção das pessoas. Mas, com uma forte insistência um tanto irônica contra a espiritualidade das boas intenções, o verdadeiro discípulo de Santo Inácio, exaltava o trabalho efetivo e eficaz, que se traduzia em melhoria das coisas e do mundo, o êxito de bem-fazer e não apenas o sentimento de bem agir.

Talvez, Teilhard fosse então mais longe do que Max Weber na sua oposição da "Ética da responsabilidade" e da "Ética da convicção".

No entanto, ele encontrava (sobretudo em seu caminho) toda uma valorosa equipe de líderes e espirituais comprometidos com a promoção e a eficácia da ação transformadora do mundo e da sociedade. Lembremos entre outros, nesses decênios que levam ao Concílio Vaticano II, esses cristãos modestos e excepcionais:

Maurício Blondel, Emanuel Mounier e o Padre Lebre⁶. Todos eles se empenham em estimular a ação, mas sobretudo em avivar o que estava esquecido ou obnubilado: o valor primordial da ação, como forma original e indispensável de acesso à verdade. Nenhum deles relega a verdade ao segundo plano. Mas todos proclamam a primazia da verdade vivida na experiência e na ação, sobre qualquer elaboração verbalizada dessa mesma verdade. Por uma espécie de instinto de dentro e do alto, fraternizam esses verdadeiros mestres em uma forte e tranqüila espiritualidade criadora. Por vezes chocam os repetidores do passado, jogando máximas candentes, como aquela em que Blondel gostava de sintetizar suas grandes intuições, filosóficas, teológicas e práticas: "Há sempre mais no implícito vivido do que no explícito formulado".

Todos eles, de fato, sobretudo Teilhard e Blondel, enriqueceram a Igreja e o mundo com imensa sabedoria implícita principalmente porque não era possível explicitar-se e exprimir-se nas formulações gastas e vazias de sentido, pois que voltavam-

5. O texto em português se encontra em uma cômoda antologia, publicada pelo Instituto Social Morumbi, sob o título *Para Aquele que vem, Orações do Pe Teilhard de Chardin*, Tradução, introdução e comentários do Prof. José Luiz ARCHANJO, S. Paulo, 1985. Ver p. 69.

6. Entre as obras mais significativas para nosso tema, destacamos: de M. BLONDEL, *A Ação*, tese de doutorado de 1893; de E. MOUNIER, *Da propriedade capitalista à propriedade humana* (1934); *Revolução personalista e comunitária* (1935); do Pe. LEBRET, *Princípios para ação* (1945), *A Ação marcha para Deus* (1949). Note-se o slogan de E. Mounier, que sintetiza o sentimento comum dessa equipe: "O acontecimento é o nosso mestre interior" (em um artigo, escrito pouco antes de sua morte em 1950).

se contra eles os donos titulares da ortodoxia cultural e religiosa. Eles eram os promotores e os pioneiros de um paradigma que tentava sintetizar a constelação dos valores fundadores da marcha para a verdade total. Para eles, a questão de base era esclarecer o dinamismo criador: da inteligência, da vida, do amor e da ação.

DEFINIR O PARADIGMA MÍSTICO?

O paradigma místico é chamado a fundar toda compreensão integrativa da criação, a perceber o mesmo elã divino que liga o céu e a terra, valorizando a terra como jardim do prazer, do trabalho e da partilha, no qual a comunhão do espírito se torna dom acessível.

Esse paradigma pode ir além da sugestão pela imagem e pela poesia?

Bem sabemos que mística e poesia fraternizam no alto da montanha, luzindo, cantando e encantando como as filhas prediletas do Espírito. Pensamos em Francisco de Assis e João da Cruz, que viveram e falaram de mística e de poesia como se fosse a língua materna deles. Usavam no dia-a-dia o saber e o linguajar de todo mundo mas, quando eram tomados da percepção profunda do Amor que semeava fraternidade e beleza em todas as coisas, a visão mística os inspirava e a poesia se punha a cantar "o Cântico dos Cânticos." Aí, a terra da Úmbria ou da Castilha virava o Paraíso das delícias e dos amores. Todos e tudo eram transfigura-

dos, tornando-se amados e amáveis, como esposos e esposas, como irmãs e irmãos, sem excluir a noite, a enfermidade e a morte, rostos diferentes, mas não estranhos de uma mesma ciranda da vida e do amor.

Ainda que não seja para todos nós o encanto constante da vida naquela plenitude que envolvia Francisco de Assis ou João da Cruz, a mística e a poesia formam o tecido essencial do existir de todo homem e de toda a mulher.

Sem dúvida, diremos com Blondel, a mística e a poesia são vividas em um gozo íntimo e implícito, sem se chegar, necessariamente, a desabrochar em canção, em verso e ritmo. O paradigma salvador começa pela visão primeira que nos faz emergir como projeto humano, é o gosto de ver e de viver, é a contemplação da beleza da terra e da vida. A beleza é a face materna do ser, a primeira fonte e o primeiro estímulo donde jorra a força tranqüila e impulsionadora do amor. A esse nível de profundidade, em que um Tomás de Aquino situava os valores transcendentais do espírito, se pode gritar: o vício capital por excelência, o pecado mais terrivelmente demoníaco é o consumismo guloso que avilta e enfeia a terra, espalhando a náusea e o tédio, condenando os mais fracos ao desespero e empurrando os mais fortes para a violência, encerrando a todos em um cenário triste e fétido de fim de mundo. Talvez seja o que mostra alguma TV globalizada.

O paradigma que funda o entendimento e estimula à prática tem de veras esta inspiração primeira: a mística e a poesia. A mística é o ponto de chegada mas, também, a fonte primeira de toda ética genuinamente humana. A ética jorra do amor do bem, do gosto e do desejo do bem, que animam o bem viver e o bem-fazer. Nesse sentido forte e preciso, ela se enraíza na mística, na afinidade do bem e do querer; é inicialmente um bem-querer, antes de se tornar um sentido e uma busca do dever, pois este só tem sentido e se torna uma força criadora, quando tem sua fonte no bem e no amor, no amor do bem.

A ética desabrocha em mística, porque ela já tem em si a mística como uma rosa em botão. Do contrário, a ética pode se desdobrar em feixes de normas e de leis, pode estabelecer modelos honestos de vida e quadros mais ou menos eficazes de moral pública e de ordem social. Mas ela não conduzirá à plena realização pessoal e social do ser humano.

A ética será plenamente ela mesma, jorrando e vivendo da mística e nela encontrando sua plenitude. Uma reflexão semelhante nos ajuda a confirmar a outra intuição: a poesia é a fonte da palavra e alma que dá vida e graça a toda a comunicação. Temos uma ilustração eminente nas Sagradas Escrituras. Vai-se narrando um acontecimento. Vai-se contando uma história. Tudo vai sendo

dito em prosa. Mas eis que a vida explode em toda sua intensidade. Ela transcende os limites do já visto. Espera-se, implora-se que Deus intervenha. A prosa desfalece e cede o lugar. Jorra a poesia como dom até agora não visto, nem ouvido, nem falado. É a linguagem que se joga do desconhecido, da esperança, do desejo de viver, de cantar, de vibrar, de dançar que faz da poesia a palavra plena e total. No entanto, o paradigma da mística e da poesia está longe se fechar em contemplação isolada ou solitária. Ele é olhar admirativo e amoroso que se abre ao saber e à ação. Impele mesmo à busca da perfeição do saber, do saber verificável e comunicável, da ciência e da técnica que marcham para a decifração dos fenômenos, das leis, tecidas de necessidade, de acaso, de encontros e desencontros, que regem os feixes de sistemas cósmicos, vivos e humanos.

Sem dúvida, a modernidade comporta todo um processo de profanação da inteligência, pois os olhos, a imaginação, a razão são ataçadas pelas curiosidades fáceis, pelo sensorialismo, pelo diletantismo das vulgarizações, pelo enciclopedismo de banalidades. A comunicação técnica, eletrônica, informática surgiu e se desenvolveu, maravilhosamente, como a grande oportunidade da informação e da difusão das idéias, das imagens, dos acontecimentos, assim como dos ideais, dos valores, dos projetos e dos planos de ação,

em todo canto e para todo o mundo. A humanidade se encontra em condições de se conhecer e de viver em família. É esta a fisionomia verdadeira humana, e até mesmo divina da técnica, neste ponto irmã caçula da ciência, da arte, da sabedoria, a serviço dos desígnios de Deus.

Em comunhão com os pioneiros da ciência, da técnica, da cultura, os líderes cristãos que simbolizamos em Teilhard, Blondel, Mounier, Lebreton levantam como bandeira mobilizadora o paradigma integrativo de todos esses valores em sua perfeição mais alta: a contemplação mística e estética, o saber e a técnica animando e soerguendo a humanidade em uma estima afetuosa da terra e do céu, da criação permanente e evolutiva em que a nós se dá e revela o Criador.

PARADIGMA SALVADOR DA TERRA E DA HUMANIDADE

É esse o paradigma total, levando à compreensão da realidade e ao empenho na ação libertadora, criativa e reconciliadora. A inspiração primeira desse paradigma é a mística, amor contemplativo que suscita busca da verdade e consagração do trabalho à promoção humano, ao cultivo e valorização da terra, matriz da vida e jardim de todas as promessas.

Diante e apesar das globalizações economistas e da idolatria insensata do mercado, proclamaremos da for-

ma mais ingênua: este é o paradigma salvador da terra e da humanidade. Encontramos e destacamos aqui, o apelo e a mensagem de Leonardo Boff, que não hesita em falar da "dignitas terrae" como sempre temos falado da "dignitas hominis". Ele propõe uma teologia ampla e aprofunda a libertação em termos da "Ecologia, grito da terra, grito dos pobres" e, mais recentemente, "Princípio-Terra. A volta à terra como pátria comum" é um título que evoca e alarga as perspectivas do "Princípio-Esperança" de Ernst Bloch e do "Princípio-Responsabilidade" de Hans Jonas. Há de fato uma convergência na busca de um paradigma total e dinâmico, capaz de inspirar e mobilizar todas as capacidades de ação em vista de instaurar a comunhão fraterna sobre a terra e com a própria terra, abraçada e cultivada com amor e lucidez.

Não poderia deixar de juntar o exemplo mais eminente, que está na fonte da inspiração de Leonardo Boff e de todos nós. É o amor apaixonado por nossa terra e por nossa gente, vivido e gritado por Bartolomeu de Las Casas.

Em um primeiro momento, Las Casas entrou na corrente avassaladora da colonização, escravizadora dos pobres, devastadora e dilapidadora do solo da América. Ele viu com seus próprios olhos, tocou com suas mãos de colono o sistema alienador das fazendas latifundiárias e escravagistas. Era uma experiência

terrível, mas providencial. Seus olhos se abriram à mística da fraternidade universal, na vigília de Pentecostes de 1514. Ele reconheceu que os pobres dessa terra eram os bem-amados do Pai, Criador e Salvador. Chegou à evidência que esta terra era deles de pleno direito e que a cultivavam à sua maneira. Nesta hora, surgiu o profeta plenamente consciente da justiça e plenamente aberto à realidade das situações. É este o paradigma da mística da terra, que Frei Bartolomeu de Las Casas viveu e difundiu. É uma certeza divina, é uma contemplação do amor criador e libertador, mas que não vai inspirar apenas uma denúncia nervosa e simplória dos egoísmos e corrupções do colonizador ambicioso. A mística o leva ao estudo profundo e ao trabalho eficaz em prol dos fracos e oprimidos. Las Casas retoma, alarga, aprofunda e renova a teologia da graça, da redenção, da justiça, dos sacramentos, a começar pelo sacramento da penitência, libertando São Tomás das peias de Aristóteles e criando um novo paradigma teológico latino-americano, que só foi tomado a sério nos momentos quentes da teologia da libertação.

Las Casas chegou até a tentar praticar uma espécie de assentamentos, em vista de inaugurar um cultivo da terra próspero e rendoso, mas em proveito dos trabalhadores da terra. Seu projeto foi esmagado ou engolido pelo sistema antropófago da colonização escravizante.

Eu saúdo, ou melhor, venero em frei Bartolomeu de Las Casas o profeta que antecipou o nosso combate⁷. Ele denunciou o processo da globalização economista, concentracionária, fonte envenenada de discriminação, de dominação e de exclusão. Descobria e apontava esse vírus quando estava apenas inoculado e já ia proliferando no capitalismo mercantilista expansionário das conquistas e da colonização de nossa terra.

PARADIGMA E MODELOS OPERACIONAIS

Tentemos imprimir uma orientação mais concreta e mais prática à nossa exposição o que, sem dúvida, facilitará a tarefa pra nós.

Começemos por marcar com nitidez a importância primordial dos paradigmas de compreensão e dos modelos operacionais de ação, delimitando bem os seus significados e seus campos respectivos. Partamos de um exemplo bem simples: o MST (podemos entender os Sem Terra ou os Sem Teto) ocupam um terreno para cultivar ou construir. Se a mídia noticia que eles invadiram uma propriedade, a simples escolha dessa expressão denota o apelo a um paradigma ético e jurídico de compreensão da questão agrária. É o paradigma da terra-mercadoria e do direito sagrado e inviolável da propriedade imobiliária. Esse paradigma recebeu direito de cidadania na De-

claração dos direitos do Homem de 1789. Nesta, os latifundiários e os seus representantes conseguiram uma inovação prodigiosa. Destacaram como um direito sagrado e inviolável. Todos os direitos proclamados nessa declaração eram "naturais e invioláveis". Mas houve um que foi exaltado de maneira exclusiva, como "sagrado". Não foi a liberdade, nem a igualdade, nem a fraternidade. O direito de propriedade. Assim, a burguesia latifundiária comprometia a grande conquista popular que era a declaração dos direitos humanos fundamentais e firmava as bases do capitalismo fisiocrata e dos regimes políticos liberais, submetidos à dominação do poder econômico.

Vejam a importância desse paradigma ético e jurídico que se funda na sacralização da propriedade, acreditando-a e cimentando-a de forma absoluta, sejam quais as formas concretas de sua aquisição e de sua realização. Sejam quais forem as consequências, mesmo que a posse ociosa e improdutiva, nem mesmo ocupada da terra, seja excludente do direito de possuir, de trabalhar e cultivar a terra para milhares ou milhões de trabalhadores.

Esse paradigma sacralizador da propriedade latifundiária tem sido fecundo em modelos operacionais de exclusão e de dominação.

Sem excesso de pessimismo nem de otimismo, reconhecemos que o paradigma da mística da terra, já está real e grandemente presente nos movimentos populares, dos Sem Teto e dos Sem Terra, bem como na consciência de muitos líderes e da opinião pública que começa a apoiá-los.

Precisamos insistir sobre a necessidade de valorizar, dinamizar e difundir o paradigma, qual princípio de compreensão autêntica de todos os problemas e força espiritual e cultural de conscientização e mobilização para agir a tempo e com eficácia. Precisamos da concretização desse paradigma em modelos atuantes de reformas radicais nas cidades e nos campos, a partir do princípio da destinação universal da terra, da sua afetação e distribuição racional e equitativa para o proveito de todos, levando em conta a primazia dos direitos fundamentais da habitação e do trabalho a reconhecer e a efetuar, coma a maior urgência, pois eles são determinantes em relação a outros direitos igualmente inadiáveis, no plano econômico, alimentar, educacional, medicinal e cultural.

Para ilustrar a necessidade simultânea de elaborar paradigmas (orientadores do pensamento e das mentalidades) e de forjar modelos

operacionais de ação, costume chamar a atenção sobre o que se passa na Igreja, em momentos de reforma quando falo a teólogos. A comparação mais expressiva se poderia estabelecer entre o Concílio da Reforma da Igreja, o Tridentino, e o Concílio do Aggiornamento, Vaticano II. Ambos se voltam para o conjunto dos problemas da Igreja em seu tempo. Mas o fazem de maneira bem diferente. O Concílio de Trento pretende enfrentar heresias, erros e abusos. Terá, portanto, o propósito primordial, firme e decidido de definir dogmas, de lançar anátemas e precisar doutrinas, com o fito de condenar os hereges e acautelar os fiéis. Mas, ao mesmo tempo, a fim de encetar a reforma, de estabelecer ou restabelecer a disciplina em todo os setores da vida e do governo da Igreja, propõe medidas concretas, multiplicando os modelos de ação, de correção e mesmo de repressão. Aceitar o Concílio significava entrar por caminhos bem balizados por estes modelos operacionais: formar o clero nos seminários; fixar a residência dos bispos, ler a Bíblia através da Vulgata, seguir o Catecismo ordenado pelo Concílio, organizar e celebrar em latim a liturgia da missa e dos sacramentos, sem esquecer de colocar o confessionário no centro da Igreja, da vida dos fiéis e dos pastores. O Concílio de Trento foi, assim, mais dogmático, mais disciplinar, mais eficaz para consolidar a

ortodoxia, fortalecer a hierarquia e estabelecer modelos de "católicos praticantes".

O Concílio Ecumênico Vaticano II, especialmente no que se refere a *Gaudium et Spes* prodigalizou à Igreja grandes orientações segundo o Evangelho e uma autêntica visão da pessoa humana, da família, da sociedade e da história, da cultura, da economia, da política. Ele multiplicou os paradigmas teológicos, eclesiológicos, antropológicos, ecumênicos, missiológicos, éticos. Esses paradigmas são bem fundados, coerentes em si mesmos e em seu entrelaçamento recíproco. Eles fazem apelo à criatividade de toda a Igreja, dos fiéis e dos pastores. Está aí a sua força e a sua fraqueza. Tudo na Igreja pós-conciliar foi mudado, recebendo algum influxo do espírito renovador de Vaticano II. No entanto, muito resta a fazer, pois a criatividade na docilidade ao Espírito é grande obstáculo e supremo desafio da vida cristã. E em quase todos os setores da Igreja, muito falta ainda para se chegar a passar dos paradigmas conciliares aos modelos concretos e práticos: diálogo, participação, valorização da comunhão colegial, apostolado e ação do laicato.

Em resumo: Vaticano II foi um grande carisma colegial e comunitário para a Igreja, à qual o Concílio dotou de novos paradigmas enraizados na mística do Espírito, agindo na Comunidade cristã e no mundo; mas

7. Ver em FREI CARLOS JOSAPHAT, *Contemplação e Libertação*, citado na nota nº 1, cap. 4º "Deus no outro, no cotidiano, na história. Bartolomeu de Las Casas: Contemplação que liberta e torna libertador", p.111 - 144.

a Igreja pós-conciliar está buscando, muito laboriosamente, os modelos operacionais que apliquem os paradigmas conciliares.

Voltemos ao tema da mística da terra, dos paradigmas em que se traduz e dos modelos operacionais que enfrentam a transformação da realidade social, política e econômica.

INDICAÇÕES E SUGESTÕES

Lanço aqui um feixe de proposições, na pretensão de que já estejam algo esclarecidas pelo que foi dito ou na esperança de que se possam melhor clarear no debate que agora vem a termo.

1. *Necessária conjunção da mística e da técnica*

Junção necessária do sonho e da técnica. Da utopia, do saber jurídico, político, econômico. Não de sacralização da economia globalizada e concentracionária que aí está. Mas de modelos cooperativos, de participação, de partilha dos produtos, da responsabilidade, da gestão.

2. *A mística da Terra começa por despertar a indispensável urgência do pão, da habitação, do trabalho, da beleza da criação e da alegria de viver.*

A mística da terra há de ser para nós uma força criadora e reconciliadora, uma fonte de alegria, de lutas e esperanças para nós e para as gerações futuras.

3. *Aliar coragem e discernimento*

Constatamos a ausência de projeto de sociedade. Felizmente, essa ausência tornou-se uma evidência gritante, com a derrocada dos projetos socialistas autoritários, que praticavam a concentração desencontrada e incoerente do poder e da economia, em flagrante contradição com os propósitos revolucionários de justiça e de libertação popular.

O que se impõe, hoje, como evidência e como inspiração primeiras é esse paradigma que aposta tudo na sinergia dos valores: da liberdade, da justiça, da ação solidária do povo, em comunhão com a terra. É melhor correr o risco de errar com o povo do que pretender à infalibilidade carismática de pensar, falar e agir no lugar do povo. Eu me pergunto se o grande risco que estamos correndo não seria o fato de que o nosso povo está sendo engazopado e a nossa terra alienada, em proveito da Internacional anônima do Capital vagabundo.

O momento pede mais do que nunca que se saiba aliar coragem e discernimento.

4. *Projetos a breve, a médio e a longo prazo.*

Esse imperativo me parece surgir igualmente como uma evidência para toda ação que brota da inteligência e do amor, desafiados pela situação da terra e da humanidade de hoje.

Os projetos a curto prazo são as campanhas que respondem às necessidades urgentes, por outro lado,

às condições insuportáveis e inaceitáveis impostas ao nosso povo. Por outro lado essa ação imediata é o único caminho para ação duradoura, seguida, organizada. É pela pedagogia das campanhas populares bem lançadas na hora e bem sucedidas, ao menos parcialmente, que se caminha para os projetos de médio e de longo prazo. Insistamos apenas que esses projetos não de ser pensados e tecidos em um trabalho de liderança e de comunhão com o povo, a partir da ação, que vai sendo retificada, intensificada, ampliada, graças a campanhas cada vez mais vastas e mais profundas.

Fora da conscientização, da mobilização da luta popular, não há salvação.

5. *Critérios de urgência, de excelência e de viabilidade*

Vendo agir os grandes místicos, um Gandhi ou um Las Casas, uma Teresa de Ávila, uma Catarina de Sena, cremos reconhecer a sabedoria do Espírito, traduzindo-se em três critérios de prioridade que se entrelaçam e se aperfeiçoam.

Porque esta é a grande dificuldade da ação libertadora. Ela pede um constante apelo a uma criteriologia dinâmica e ajustada, o que exige mais do que a autenticidade ética. Há uma inspiração mística ao menos nos grandes líderes e nos momentos decisivos até mesmo de todo o movi-

mento popular. Com o risco de esquematizar demais, simplifiquemos essa criteriologia, reduzindo-a a três valores de referência:

a) Voar ao mais urgente, buscar logo o que já é possível fazer para não deixar a miséria tomar conta, a morte, a doença, a ignorância tomar conta do país, ou a devastação, a devastação de nosso solo e a queima de nossas matas irem acabando com a nossa terra. É o critério primordial da urgência.

b) Empenhar-se na defesa e na promoção dos valores fundamentais, da busca da informação e a da formação popular, da educação, da elevação espiritual e cultural, única condição de ainda termos um povo e não uma massa de consumidores de produtos e ideologias importadas, uma gente vendida de corpo e alma à idolatria da globalização. América Latina, minha querida, salva a tua alma. Critério de excelência dos valores fundadores e inspiradores da ação.

c) Finalmente, há a primazia do que é indispensável para que a renovação e o saneamento sejam possíveis. Há aquilo que é condição prioritária de toda construção. Prioridade da educação libertadora, prioridade das instituições renovadoras em todo os pontos e em todas as juntas do sistema, para que a revolução da sociedade e da cultura seja institucional, sistêmica, e não apenas conjuntural e, finalmente, passageira.

6. *Mística de resistência e de ação libertadora e criativa.*

Concluo com este apelo ou este recado:

Neste país não há invasões de terra, por parte do MST. Há invasões vindas de piratas da terra, de latifundiários especuladores, improdutivos, bem como as invasões mágicas dos corruptores de nosso povo. Uma espiritualidade, uma mística de resistência nos é necessária, como para todo território, que está sendo ocupado pelo inimigo da terra e do espírito. Esse grito não é apenas nosso. Ele é de todo homem que sofre a necessidade da terra.

Unindo-nos de coração aos movimentos dos sem Terra, dos sem Teto, de todo o nosso povo que desperta, havemos de optar por uma mística da resistência, da ação libertadora, fraterna e criativa.

Conferência proferida pelo Frei Carlos Josphat, OP, na Semana Teológica sobre a Teologia da Terra realizada na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção em 20 a 24 de maio de 1996.

OS JUROS NO ANTIGO ISRAEL

Matthias Grenzer

1. INTRODUÇÃO¹

O seguinte estudo quer mostrar uma pesquisa histórica sobre os juro no Antigo Israel. Para este fim, focalizarei especialmente os textos jurídicos: O que dizem as leis do Antigo Israel a respeito dos juro? É importante interessar-se pela jurisdição no caso dos juro nos anos 1000 até 500 a.C. em Israel? Por que tanta atenção para este assunto?

Como cristão, posso dizer primeiro que tenho a fé histórica que se identifica com a fé do povo de Israel. São os patriarcas, os profetas e os sábios deste povo, especialmente os seus poetas que escreveram os textos bíblicos, aos quais estou me referindo na fé cristã. O próprio Jesus Cristo, os apóstolos e os evangelistas se referiram à estas figuras ao professarem sua fé. Assim, posso dizer que participo de uma herança religiosa, a tradição judaica-cristã, que através de Israel chegou também até mim. Os autores do Novo Testamento afirmam em vários textos que Israel tem uma relevância extraordinária para a salvação do mundo. De tal forma, Israel

e a história deste povo entram no centro do interesse teológico. Suas perguntas concretas, no dia-a-dia, como a questão dos juro são interessantes como pontos de investigação a fim de se conhecer melhor qual o projeto de Deus para com aquela nação.

Além da herança religiosa, Israel significa um patrimônio cultural para a humanidade. Refletindo sobre conceitos como "direito" ou "justiça" deve-se afirmar que os textos bíblicos estão muito conscientes desses assuntos. O ponto de partida para qualquer estudo bíblico deveria ser a leitura da Torá, quer dizer, dos cinco primeiros livros da Bíblia: de Gênesis até Deuterônimo, pois para conhecer bem a cultura e a história de um povo, é bom conhecer sua legislação. Na Torá encontram-se, ao lado de outros textos, os códigos diferentes do Antigo Israel. Contêm eles as leis formuladas entre os anos 1000 e 500 a.C. Aqui se concentra o pensamento israelita sobre a justiça social e o projeto de formar "uma sociedade sem pobres"². Desta forma, a Torá nunca perdeu o seu valor para

1. O assunto foi o tema da aula inaugural do ano letivo de 1996 do Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI em Mogi das Cruzes.

2. Cfr. Dt 15,4.11.